



EDITORIAL

William L. Clarke

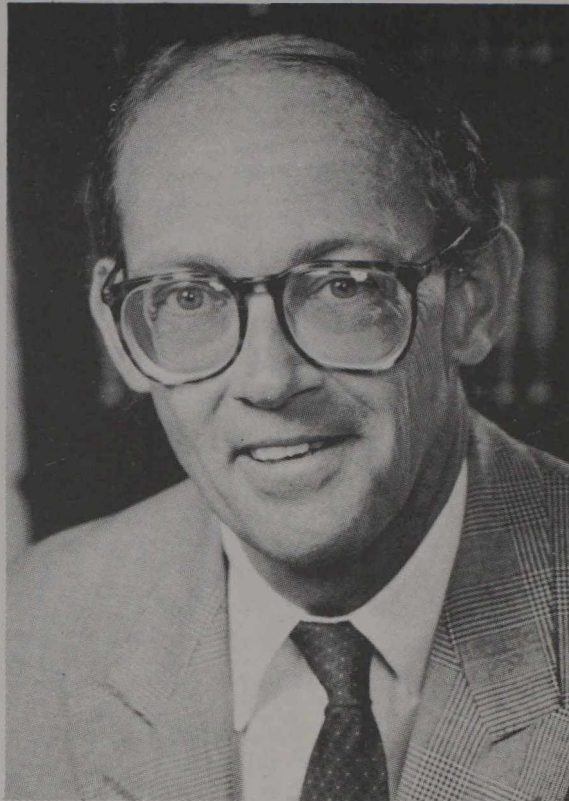
Embaixador

Em pleno processo de reforma constitucional, nosso país atravessa, atualmente, um período extremamente importante de sua história. De fato, não há discussão mais acalorada, mais emotiva e delicada do que a renegociação do contrato que une os cidadãos e as instituições de um mesmo país. Mas esta é também uma ocasião privilegiada para adaptar esse novo contrato às realidades de um país que festeja, esse ano, os 125 anos da formação de sua confederação. Esta é uma ocasião única para reparar

os erros do passado modificar situações que, apropriadas no passado, são inaceitáveis no presente. E é um dever das autoridades canadenses atuais, respaldadas pela população, de redefinir as novas bases, novas relações sadias e equilibradas entre os diferentes segmentos da sociedade canadense.

No centro deste importante debate constitucional surge um grande desafio: a questão autóctone; o lugar das "Primeiras Nações" na vida de nosso país. Afinal, foram as nações autóctones da América que acolheram os primeiros imigrantes e, juntos, apesar de alguns conflitos, todos contribuíram à sua maneira no desenvolvimento do que hoje somos. Acredito, pessoalmente, que chegou a hora para que nós, canadenses, reconheçamos a importância das contribuições desses povos, tão ricos em história e cultura, parceiros mais do que nunca do futuro do Canadá.

Hoje em dia, os autóctones canadenses gerem, cada vez mais, seus próprios interesses. Eles participam ativamente da gestão de programas governamentais que objetivam a melhoria de sua condição de vida e da preservação de suas culturas ancestrais. Uma Comissão Real foi formada em setembro de 1991 para estudar a situação sócio-econômica e cultural dos povos autóctones do Canadá e apresentar recomendações precisas ao



Governo Federal. Esta comissão é presidida pelo Sr. George Erasmus, antigo chefe nacional da Assembléia das Primeiras Nações, principal organismo de representação dos grupos indígenas de todo o país. Embora a situação dos povos indígenas tenha conhecido significativas melhoras nos últimos anos, é indispensável que ela continue a evoluir. Os tempos mudam e as mentalidades evoluem. Somente essas mudanças possibilitarão a concretização, entre autóctones e canadenses, de uma relação baseada na

dignidade, no respeito mútuo e na independência econômica. Nesse contexto, as proposições constitucionais que o governo canadense acaba de apresentar à população visam, exatamente, fortificar os laços de uma sociedade mais justa e igualitária onde cada um tenha seu lugar. Pois sem esse lugar no seio da grande família canadense, torna-se impossível para o indivíduo, independente de sua origem, contribuir com o melhor de si mesmo na construção de nosso grande país.

É nesse contexto, portanto, que consagramos aqui um número completo à discussão da situação dos autóctones canadenses. O Canadá e o Brasil compartilham, assim, desse traço suplementar de suas respectivas identidades. Vejo na importância dispensada ao reconhecimento dos povos autóctones as bases de uma cooperação crescente. Além disso, penso que os autóctones do Canadá têm muito a compartilhar com os autóctones brasileiros, da mesma forma que as experiências dos povos indígenas brasileiros merecem mesma atenção dos autóctones canadenses. De uma forma mais abrangente, acredito, igualmente, que esse intercâmbio seja benéfico para ambos os povos em seu conjunto. Nós lhes apresentamos aqui uma introdução, talvez um primeiro contato com as "Primeiras Nações" do Canadá numa rápida abordagem de sua história, sua cultura e dos intercâmbios já existentes com seus irmãos brasileiros.